

## **PARECER Nº       , DE 2011**

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2011, que *visa a alterar o caput do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.*

RELATOR: Senador **WELLINGTON DIAS**

### **I – RELATÓRIO**

Vem à análise desta comissão o Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Braga, que visa a alterar o *caput* do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do imposto de renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

A proposição é composta por três artigos: o primeiro descreve o objeto de alteração; o segundo altera a redação do *caput* do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; por fim, o terceiro traz a cláusula de vigência.

O PLS foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

### **II – ANÁLISE**

Nos termos do art. 104-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal cabe a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional. Assim, nesta Comissão, a análise se restringe ao mérito do Projeto

de Lei do Senado nº 170, de 2011, no que concerne ao seu impacto sobre o desenvolvimento regional.

Considerações sobre os aspectos financeiros e orçamentários, de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria serão feitas na Comissão de Assuntos Econômicos, que decidirá em caráter terminativo, conforme dispõe o art. 49, conjugado com o inciso I do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal.

Com relação à técnica legislativa, são necessárias alterações para adequar o texto. A primeira alteração refere-se à redação da ementa e do art. 1º. O art. 1º não contém comando normativo e seu conteúdo apenas acrescenta informação à ementa do Projeto. Assim, seria necessário modificar a redação da ementa aproveitando-se o texto do art. 1º, que deverá ser suprimido. Com a supressão do art. 1º, se faz necessário renumerar os artigos 2º e 3º.

Quanto ao mérito, é inegável que os incentivos à instalação de empresas nas Regiões Norte e Nordeste ainda são necessários, dado o grande diferencial de desenvolvimento econômico destas regiões em comparação com o restante do país. Conforme consta da justificção do Projeto, com a proximidade do fim dos incentivos previstos no art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, já se observa uma redução da quantidade de projetos apresentados e há manifestações claras de preocupação por parte dos empresários com relação à viabilidade dos seus negócios.

Assim, concordo com a visão do autor de que os incentivos em questão devem ser mantidos por um prazo maior, oferecendo ao empresariado um horizonte mais favorável quanto ao futuro dos empreendimentos naquelas regiões.

### **III – VOTO**

Face ao exposto, recomendo a aprovação do PLS nº 170, de 2011, na forma da seguinte emenda substitutiva:

#### **EMENDA Nº – CDR (SUBSTITUTIVO)**

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2011**

Altera o *caput* do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do imposto de renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 32, *caput*, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 32** O art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projetos de instalação, ampliação, modernização e diversificação, protocolizados e aprovados até 31 de dezembro de 2023, enquadrados nos setores da economia considerados, por ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator